



Orçamento do Estado – 2016

APROVEITAR TODAS AS OPORTUNIDADES para melhorar as condições de vida

Os trabalhadores e o povo português, com a sua luta e o seu voto, derrotaram o Governo PSD/CDS. Com um papel decisivo do PCP, abriu-se uma nova fase na vida política nacional que tem permitido, embora de forma limitada, devolver rendimentos e direitos roubados. Assim tem sido com o fim dos cortes salariais aos trabalhadores do Estado e empresas públicas; a redução da sobretaxa do IRS e a sua eliminação em 2017; a reposição do horário de trabalho de 35 horas na administração pública; a reposição de 4 feriados; o fim da privatização do Metro, da Carris ou dos STCP; a reposição do direito à IVG sem constrangimentos; a revogação de medidas lesivas da dignidade dos professores e adopção de formas de avaliação para a melhoria da aprendizagem escolar; a reposição dos complementos de reforma roubados aos trabalhadores das empresas do Estado; a protecção da morada de família face a penhoras decorrentes de execuções fiscais;

O Orçamento para 2016 é diferente para melhor, mas não é o Orçamento do PCP. Comporta muitas limitações que resultam das opções do governo do PS, mas abre a possibilidade de, com a intervenção do PCP, interromper aspectos da ofensiva que estava em curso e concretizar medidas pelas quais os trabalhadores e o povo muito lutaram.

Com o contributo do PCP

Um Orçamento diferente para melhor

- ▶ integra decisões de desagravamento fiscal sobre os trabalhadores, a redução da sobretaxa e a devolução de salários cortados.
- ▶ facilita o acesso à saúde com a redução de taxas moderadoras e a possibilidade de contratação de mais médicos;
- ▶ reduz o IVA na restauração para 13%, protege as famílias do aumento do IMI;
- ▶ permite dar um primeiro passo no combate à precariedade na Administração Pública;
- ▶ assume o descongelamento das pensões, o aumento ou majoração de prestações sociais como o abono de família, o Rendimento Social de Inserção, o Complemento Solidário para Idosos ou o Subsídio por Assistência de terceira pessoa;
- ▶ reduz as restrições à contratação na Administração Pública, em particular na Administração Local;
- ▶ progride, ainda que de forma tímida, na taxação dos grupos económicos com o aumento da Contribuição do Sector Bancário, o fim da isenção de IMI para os fundos imobiliários e a limitação de alguns instrumentos que as grandes empresas e os grupos económicos usam para não pagar os impostos devidos em sede de IRC;

→ Avançar com medidas positivas Limitar aspectos negativos

O PCP está ainda a intervir, entre outros aspectos, para assegurar o aumento real do valor das pensões de reforma, a melhoria do subsídio social de desemprego, a introdução progressiva da gratuidade dos manuais escolares, a redução da taxa de IMI, o estímulo fiscal às PME's, a redução da contribuição dos trabalhadores para a ADSE e outros subsistemas públicos de saúde.

O PCP marcará também a sua posição contra vários aspectos expressos no Orçamento do Estado designadamente as restrições impostas aos trabalhadores e serviços da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado com impacto nos seus rendimentos, progressões, vínculos e direitos ou as concessões/privatizações da Silopor e da IP Telecom.

Recusar um passado de exploração e empobrecimento

Se o PSD e o CDS tivessem continuado no Governo, o Orçamento do Estado para 2016 seria mais uma operação de agravamento da exploração, de empobrecimento, de comprometimento do futuro do País. Estaríamos perante:

- a manutenção dos cortes salariais pelo menos até 2019; o ataque e destruição das funções sociais do Estado (de que é exemplo o corte previsto de mais de 600 milhões de euros nas reformas e pensões);
- o prosseguimento das privatizações como as da STCP, da CARRIS ou do Metro;
- o ataque às PME's e a manutenção do IVA na restauração a 23%;

- o favorecimento fiscal do grande capital, nomeadamente por via da redução do IRC para 17% ou por via da redução da contribuição do sector energético;
- o despedimento encapotado de milhares de trabalhadores na administração pública;
- a intensificação da exploração dos trabalhadores com novas alterações à legislação laboral

PSD e CDS, os grupos económicos e financeiros, a União Europeia e o FMI, atacam o orçamento, não pelas suas limitações e insuficiências, mas por aquilo que tem de positivo e para o qual o PCP deu uma contribuição decisiva.

É preciso ir mais longe!

Uma política patriótica e de esquerda

O processo de discussão deste Orçamento de Estado evidenciou com ainda mais clareza que a efectiva resposta aos problemas do País é contrariada pelo sufoco dos encargos dum dívida em grande parte ilegítima, pela sucessão de escândalos na banca que consomem milhares de milhões de euros de recursos públicos, pelos constrangimentos e chantagens dos mecanismos do euro e da União Europeia.

Impõe-se cada vez mais a ruptura com a política de direita e adopção de uma política a política patriótica e de esquerda que o PCP propõe ao povo português. Uma política que:

- assuma a renegociação da dívida pública, assegure o controlo público da banca, onde se deve incluir o Novo Banco.

- responda à necessidade de aumentar salários, reformas e outros rendimentos, combata a precariedade, valorize o trabalho e os direitos dos trabalhadores, assegure mais justiça fiscal, tribute de forma firme e adequada o grande capital.

- relance o investimento público, centrado na defesa da produção nacional e criação de emprego.

- promova os serviços públicos e as funções sociais do Estado, na saúde, na educação, na segurança social, na cultura, na habitação, nos transportes.

- garanta a soberania nacional e liberte o País do domínio do capital monopolista e da submissão ao euro, à União Europeia e a outros constrangimentos externos.

Com a luta defender, repor e conquistar direitos